

O caso da migração peruana na Amazônia brasileira

Presenças e mobilidades na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia

Elsie Pinto Pereira¹
Gloria Rodrigues Arbelaz²
Marquizeth Moura³

RESUMO

Este artigo avança na construção de um problema de pesquisa para a compreensão de intensas e diversas mobilidades em e através do território transfronteiriço. Particularmente, nos aproximamos de um dos maiores enredos e tensões contemporâneas dessa tríplice fronteira em termos de deslocamentos e da produção de desigualdades: as mobilidades e presenças peruanas aos olhos e nas terras brasileiras. Considerando que a abordagem desde “migrações internacionais” pode resultar insuficiente, propomos uma abordagem centrada na fronteira como experiência Geopolítica e processo empírico, e nas mobilidades e presenças transfronteiriças levando em consideração interseccionalidades na produção de diferenças e desigualdades.

Palavras chave: tríplice fronteira; nação e desigualdades.

ABSTRACT: This article go forward in the construction of a research problem in understanding the intense and diverse mobility in and through the transborder territory. In particular, we approach one of the largest plot and contemporary tensions in this triple border in terms of mobilities and production of inequalities: the mobility and Peruvian presence seen from the point of view of Brazilians and in Brazilian lands. Whereas the approach from “international migration” could result insufficient, we propose an approach centered on the border as a Geopolitic experience and empirical process, and the mobility and transborder presence considering intersectionalities in the production of differences and inequalities.

Keywords: triple border; nation; inequalities.

Introdução

Antes de adentrar a temática da migração fronteiriça, é oportuno apresentar algumas reflexões que podem contribuir para visualizar o contexto específico da

¹ 1Pós - Graduação em Relações Internacionais da Geopolítica na Pan Amazônia pelo Centro de Estudo Superior de Tabatinga – Universidade do Estado do Amazonas CSTB/ UEA.

² 1Pós - Graduação em Relações Internacionais da Geopolítica na Pan Amazônia pelo Centro de Estudo Superior de Tabatinga – Universidade do Estado do Amazonas CSTB/ UEA.

³ 1Pós - Graduação em Relações Internacionais da Geopolítica na Pan Amazônia pelo Centro de Estudo Superior de Tabatinga – Universidade do Estado do Amazonas CSTB/ UEA.

tríplice-fronteira da qual nos referimos. Nesse sentido, a fronteira passa a ser analisada enquanto campo teórico não só da geopolítica mais da sociologia, das ciências sociais ou humanas. Não se trata de compreender um conceito de fronteira, mas sim refletir sobre a ideia de fronteira que perpassa a análise das migrações fronteiriças.

Como ponto de partida para refletir a ideia de fronteira, vale contar com a contribuição de: Fredrik Barth (2000) em seu capítulo sobre os "Grupos Étnicos e suas Fronteiras" onde apresenta a fronteira como o lugar do confronto do "tu" com o "outro", dos encontros e desencontros, das definições e da autoafirmação indenitária. A fronteira aparece para Barth com um significado que extrapola a categoria de "lugar" ou espaço geográfico. Outra contribuição muito importante para uma das fronteiras são os estudos de José de Souza Martins. Só para citar apenas uma das suas diversas inferências sobre essa temática, vale ressaltar a construção de uma categoria geopolítica para compreender os movimentos migratórios dentro dos limites do Brasil:

A situação de fronteira (é) um ponto de referência privilegiado para a pesquisa sociológica porque encerra maior riqueza de possibilidades históricas do que outras situações sociais. Em grande parte porque mais do que o confronto entre grupos sociais com interesses conflitivos, agrega a esse conflito também o conflito entre historicidades desencontradas (MARTINS,1997, p.182).

A partir do compartilhamento das nossas experiências de pesquisa na tríplice fronteira Brasil-Peru-Colômbia, particularmente com base na cidade de Tabatinga-Brasil, Leticia (AM, Colômbia), Santa Rosa (peru) este artigo avança na construção de um problema de pesquisa para a compreensão de intensas e diversas mobilidades e através do território transfronteiriço. Particularmente, nos aproximamos do que consideramos ser um dos maiores enredos e tensões atualizadas dessas tríplexes fronteiras em termos de deslocamentos e da produção de desigualdades: as mobilidades e presenças peruanas aos olhos e nas terras brasileiras. "O Peru" e "os peruanos" constituem para muitas pessoas brasileiras e também colombianas, nessa tríplice fronteira, uma presença que precisa ser constantemente identificada, localizada e desqualificada como invasora, perigosa, pouco confiável ou como vulnerável. Essa percepção, muito

generalizada e consistente, permeia tanto âmbitos acadêmicos como de políticas públicas e nela ideias sobre nação e migração parecem centrais. Este artigo surge do que poderíamos chamar de uma experiência multiposicionada em campo. Isto é, objeto desse processo coletivo de pesquisa pode ser imaginado como um só, ainda que intensamente diversificado e múltiplo no seu interior: a porção/ perspectiva brasileira nessa tríplice fronteira. Mas a sua abordagem vem sendo realizada desde múltiplos corpos e posições entrelaçadas.

Nossos trabalhos de pesquisa não estiveram até agora diretamente focados no Peru, mas esse enredo social e relacional que será apresentado a partir de dados etnográficos na primeira parte deste artigo, penetrou por diversos caminhos e formas os nossos trabalhos e a nossa vida em Tabatinga, em Leticia, Santa Rosa e nas aldeias indígenas do complexo da Terra Indígena de Umariacú I e II. É nesse encontro de múltiplas posições que a produção vigiada e desigual do “Peru” por parte de brasileiros - e colombianos - surge como um instigante problema de pesquisa e nos provoca questionamentos maiores sobre os deslocamentos e as presenças transfronteiriças e, ainda mais, sobre o que estes enredos relacionais comunicam a respeito da produção da nação, do Estado, da fronteira.

Reconfiguração: presenças e mobilidades tríplice fronteira

Na nossa experiência de habitar e pesquisar essa tríplice fronteira, o enredo anteriormente apresentado sobre os peruanos não encontra explicação suficiente nos estudos centrados em “migração”, de um lado, e em “nação” do outro, como categorias analíticas ou explicativas das discriminações ou das experiências de grupos ou sujeitos particulares nessa tríplice fronteira. É pouco o que essa abordagem tem a dizer, por exemplo, sobre a brasilidade dos participantes da oficina, ou sobre suas trajetórias de migração “interna” atrelada à dos peruanos. Nesse estilo de abordagem, é frequente deixar de fora questões de internacionalidades, de produção da alteridade, de circulações ou deslocamentos intranacionais ou inter-regionais, de agência e auto-organização, de operação prática capilar do Estado, entre outras. Essa escolha teórica, como vemos, apaga uma vasta pluralidade de experiências ao mesmo tempo corre o

risco de reproduzir discursos sobre a nação, a fronteira e a migração como princípios de poder e de governamental constituintes de discriminações e desigualdades.

Assim sendo, na presente sessão propomos uma abordagem teórica alternativa para futuras pesquisas centrada na fronteira e no território transfronteiriço como experiências sociais (e não na nação como categoria analítica) e na ideia consequente de regimes de presenças e de mobilidades em e através destas.

Nesse tempo primeiro não tinha Peru, Brasil, Colômbia, assim como a gente tem hoje. Era só terreno Ticuna, não tinha isso de documento, [de nacionalidade]. Gente nossa ia e vinha. Não tinha essa palavra de terra indígena, de fronteira. Ia-se e voltava por esse rio. (...) Foi depois das guerras, da chegada dos missionários, dos brancos, dos militares, do SPI13, das igrejas. Foi nessas misturas de saberes sobre esse lugar, que nos separam tudo assim: lá Leticia, as aldeias de Laranjal, Arara, Macedonia; lá Tabatinga, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Amaturá as comunidades de Umariçu, Filadélfia, Campo Alegre, Nova Itália, Santa Inês, Betânia, Vendaval; e lá do outro lado, Caballococha e as aldeias dos parentes que ganharam nome de peruanos. Misturou tudo: índio, gringo, colombiano, brasileiro e peruano nesse rio agora com lado e nome de países. (...) e misturou para separar de novo os parentes, só que de outro jeito, nesse tempo mais de agora. Mas a Lei do branco que divide os povos, não divide assim os Ticuna do mesmo jeito. Não tem papel [documento] assim que proíbe de ir e voltar, né? A lei do índio é fazer esses movimentos, de passeio, de visita, de reunião, de venda, de namoro... tudo assim, sem isso de fronteira, como dizem aí. A gente diferencia os parentes por outras coisas, né? Só que pra entender disso, tem de contar dessas histórias que vem junto com a história do nosso povo. (...) É assim, dona, sabendo dessas diferenças entre os parentes e com os nossos awane [inimigos], é que a senhora...

A fala do interlocutor Ticuna concatena algumas ideias gerais aqui expostas sobre como diversas “nações” reivindicam e reivindicaram por séculos hegemonias, fronteiras, direitos e origens sobre essa terra. Contudo, não se trata apenas de narrativas sociocsmológicas sobre a terra original pré-hispânica ou pré-estatal, mas de memórias, tensões, invenções, improvisos e disputas históricas cotidianamente atualizadas sobre, entre e contra a larga linha fronteira, nas quais ideias e práticas sobre “movimento”, “permanência” e “presença” são centrais. Nesse sentido, a “nação”, se transforma em um privilegiado objeto de disputa e numa ferramenta governamental.

A tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, que tem como vértice de confluência a cidade transfronteiriça de Tabatinga/ Leticia/Santa Rosa no Alto Solimões/Amazonas, é muito mais do que o espaço político administrativo limítrofe de três estados-nações. Desde uma perspectiva histórica e antropológica, essa tríplice fronteira vai muito além destas linhas divisórias e seus vértices e se constitui num vasto, diverso e intenso espaço social e político transfronteiriço. Seguindo a proposta de Zárate (2008, 2011), de colocar a fronteira (território, processo, “opção interpretativa”) no centro do estudo histórico dessa região amazônica, conseguimos ver uma dinâmica social e política que simultaneamente ultrapassa as histórias nacionais (nação como contendora de uma história) enquanto dá à produção da nação e, por tanto, do Estado, da fronteira, da “cultura”, uma singular relevância (nação como conteúdo a ser preenchido empiricamente).

Essa história, que não podemos detalhar aqui, é a história das disputas imperiais primeiro e republicanas depois pelos limites não apenas das suas terras, mas das suas imaginações e das suas capacidades de evangelização, exploração, civilização e conquista que se estendem desde o século XVI até bem entrado o século XX, e implicaram o deslocamento de ida e volta através do rio Amazonas tanto de bandeiras imperiais/nacionais quanto de línguas, de agentes estatais e de habitantes indígenas e colonos (PINEDA, 2011; ZÁRATE, 2011). Por esse caminho entendemos que “estado” e “nação” não apenas são categorias extremamente novas e instáveis, mas armas de colonização, de contraste e de controle de populações nativas e forasteiras em histórico e constante movimento.

A história de Tabatinga e de Leticia, e da sua “conturbação”, analisada por Aponte-Mota (2011) é bastante exemplar nesse processo, pois coloca o Brasil e a Colômbia numa posição institucionalmente melhor e, permanentemente diferenciada dos sempre presentes e anteriores *peruanos*. É só a partir dos anos 1930 que Leticia deixa de ser peruana e passa a ser colombiana, implicando um processo de nacionalização da população, de migração colombiana a essa cidade e de altos investimentos institucionais colombianos se comparados com os peruanos. Por outro lado, está o processo recente de urbanização de Tabatinga a partir da sua municipalização em 1983. Don Simón, um comerciante

peruano próximo dos 80 anos que tem um posto de venda de produtos agrícolas na região da feira, em Tabatinga, contava que trinta anos atrás “aquí no había nada!”, era “puro monte”, umas poucas casas e poucas ruas de barro. Foi nessa época, coincidente também com uma *bonanza* regional da cocaína que teve em Letícia seu foco comercial, que o exército brasileiro, ele lembra, recrutou as pessoas que já habitavam e trabalhavam ali para construir e povoar a nascente cidade. Don Simón afirma que o exército brasileiro, do qual em 2012 fazia parte seu filho, deu as terras a pessoas cujo origens nacionais eram desconhecidas ou subordinadas à simples presença e ao trabalho no local, e ajudou na construção de ruas e de serviços públicos.

Experiências como a de Don Simón servem para nos aproximar aos limites de uma abordagem teórica antropológica desde as migrações. Nina Glick Schiller e Noel Salazar (2012) chamam a atenção sobre os recentes “estudos de mobilidade” como um corpo crítico aos estudos de migração mais clássicos, entre os quais poderíamos enquadrar boa parte da bibliografia antes referida sobre a “migração peruana”. Esse corpo crítico se opõe à oposição auto-excludente entre mobilidade e estatismo, entre mobilidade e sedentarismo que, segundo os autores, marcou os estudos de migração até o final dos anos 1990, e suporia o sedentarismo como norma, fazendo das migrações uma espécie de eventos excepcionais circunscritos a momentos “compulsórios” e razões específicas como a “pobreza”. Efeito dessa leitura binária e oposicional é a concepção da migração (e da fronteira assim metaforizada) como evento altamente marcado por valores morais, emocionais e políticos: migração como ameaça, migração como liberdade, fronteira como bloqueio ou como fluxo, entre outros.

Perspectivas *peruanas* não tem sido o objeto principal deste artigo; porém, a voz de Dom Simón era necessária para melhor compreender as presenças peruanas transfronteiriças. Vários peruanos e colombianos que têm negócios em Tabatinga compartilham a ideia de que “no Brasil” (leia-se Tabatinga, mas também outras cidades e comunidades do Alto Solimões) as pessoas não precisam trabalhar; “viven del gobierno, que les da todo” e são donos dos locais comerciais alugados e trabalhados por peruanos. Nessa lógica, e seguindo observações e diversas conversas de campo, a força de trabalho não

qualificada e a base do comércio em Tabatinga seria peruana; enquanto a propriedade continua sendo principalmente brasileira.

3. METODOLOGIA

A pesquisa tem como foco Partindo desta abordagem, onde a fronteira é analisada enquanto uma “situação” que pode estar indicando um processo de transitoriedade, ou seja, não se trata necessariamente de um “lugar”, mas de um determinado contexto com suas variadas significações e, ao mesmo tempo, um campo teórico para a pesquisa geopolítica. Essa concepção é muito oportuna para a compreensão da fronteira enquanto a “passagem” de uma situação para outra adversa. Essa transição, no entanto, não se dá com ausência de “conflitos”, que também pode ser analisado sob inúmeras possibilidades que vão desde o conflito interior pelo qual passa o indivíduo no processo migratório, até o conflito social no encontro ou confronto com outros novos sujeitos sociais. Nesse panorama de impressões e evidências empíricas, nos surpreendeu a falta de dados institucionais e de reflexões acadêmicas mais apuradas que dessem conta das questões observadas. O alcance deste artigo não é o da apresentação de resultados de investigação e de uma interpretação definitiva. Foi realizado um trabalho de campo através de aplicação de questionários abertos como perguntas estruturadas abertas e fechadas que tem como finalidade o discurso vigente sobre a migração na tríplice fronteira Colômbia, Perú e Brasil, uma análise será feita através de levantamentos e pesquisa bibliográfica tendo como ponto a revista e livros referentes a problemática, visitas a órgão como policia federal, receita federal, prefeitura municipal de tabatinga, Departamento de Leticia Colômbia e Santa Rosa Perú analise estratégico na identificação da ação e no fortalecimento da zona de fronteira que convergem para concretização da cidade de Tabatinga como a fronteira mais atingida por migrantes Peruanos e Colombianos.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

O Amazonas, ou melhor, as terras fronteiriças esteve sempre presente como algo importante nas discussões dos compêndios da geopolítica clássica e dentro dos terrenos colocados por Moraes como ideologia geográfica através da sua localização e importância política. Essa reflexão aponta para a fronteira como a divisa, separação de espaços ou delimitações, sejam de lugares físicos ou de atribuições funcionais. No caso do Brasil, essa definição deve ter sido de grande importância no processo de criação da Lei de Segurança Nacional, no período da Ditadura Militar. Nesse período, a delimitação dos espaços era a principal preocupação do Estado Nacional, não se importando com as relações que transpunham as fronteiras, como é o caso da tríplice-fronteira Brasil, Peru e Colômbia. Pode ser por isso que a própria Lei de Migrações, ou melhor, de “Estrangeiros”, apresenta tantas “limitações” em suas tantas “delimitações” de fronteiras. Nos estudos mais localizados é de grande importância o trabalho do geógrafo Ricardo José Batista Nogueira que tratou a temática da fronteira Brasil-Colômbia em trabalho recente na sua tese de doutorado (NOGUEIRA, 2001) e em alguns desdobramentos publicados pela 4ª Revista Somanlu (NOGUEIRA, 2005). Ao analisar as cidades de Tabatinga, do lado brasileiro, e Letícia, do lado colombiano, Nogueira afirma que:

Como cidade de fronteira, carrega, comumente, na visão dos que estão de fora, o estigma do lugar perigoso, lugar onde reina a contravenção, criando um ar de suspeição sobre seus moradores. Aqui, procuraremos focar a *fronteira percebida*, entendendo esta como um lugar que é percebido, pelo centro do país, a partir da imagem construída sobre esta condição (NOGUEIRA, 2005,p.182).

5. RESULTADO E DISCUSSÕES

Sintetizando as percepções manifestadas, podemos afirmar que sobre “a fronteira” a posição mais uniforme foi a de criticar a “fronteira aberta” e a “desigualdade” nas relações transfronteiriças, desde a expressão por parte dos participantes de um crescente sentimento nacionalista. Essa “abertura” e “desigualdade” eram exemplificadas com a imagem de como os colombianos e, principalmente, os peruanos poderiam entrar no Brasil e usufruir dos serviços e

“da riqueza” do país, ter propriedades e montar negócios, enquanto os brasileiros não podem fazer isso “lá fora” na Colômbia pela rigidez dos controles que este país exerce em Leticia. Significativamente, ninguém manifestou desejo de fazer isso no Peru. De igual maneira, se referiram aos serviços de saúde, criticando a posição da pesquisa de Campos (2019), disseram que como no Brasil a saúde é gratuita, todo mundo quer acessar, “mas se formos ver na Colômbia cobrança foi operado para se referir ao valor dos bens de consumo vendidos nas lojas de produtos “importados” de Leticia e cujo público-alvo são funcionários públicos brasileiros e suas famílias, principalmente militares.

A “desigualdade” foi expressa também em termos de policiamento e regulação: segundo esta perspectiva, os colombianos e peruanos podem fazer o que querem em Tabatinga, sem controle nenhum, enquanto em Leticia o controle policial é maior. Com relação particularmente aos peruanos, foi mencionada a queixa sobre a “ocupação” ou “invasão” da região da feira, do mercado e do porto em Tabatinga. Deficitário em “presença do Estado” e em controles migratórios e tributários, segundo os participantes, “O Brasil” nessas cidades permitiria que os peruanos ocupassem um espaço físico, laboral e econômico que seria brasileiro, impedindo aos brasileiros garantir maior acesso a trabalho e ao dinheiro. Essas queixas são recorrentes em espaços sociais e institucionais brasileiros em Tabatinga, Atalaia do Norte e Benjamin Constant transpassando incluso ao universo acadêmico, como se faz evidente no trabalho de Oliveira, que será referido na seguinte sessão do artigo.

A região de transações sexuais de menor valor monetário em Tabatinga é a região da feira tida como espaço urbano onde se articula peruanidade, ilegalidade e pobreza. Os prostíbulos mais baratos de Tabatinga estão localizados nessa feira, são descritos e produzidos como peruanos (administradores desta nacionalidade, músicas, mulheres, frequentadores) e como relativamente mais perigosos, o que significa que, performática e discursivamente, as mulheres que ali trabalham ocupam a posição de peruanas. O valor base do programa em 2019, que girava entorna de R\$ 20,00, era menos que a metade do valor base cobrado por mulheres brasileiras, colombianas e peruanas (que fugiam desse marcador) nos reconhecidos prostíbulos brasileiro e colombiano em Tabatinga cujo valor, nesses casos, era aproximadamente

R\$50,00. Essa diferença está fundamentalmente atrelada à imagem de peruanidade que engloba considerações sobre beleza e idade (OLIVAR, 2013).

Vimos então como na produção desse sistema contratativo de diferenças e desigualdades, além da nação se articular com etnia e gênero, também o faz com a procedência regional. Nesse sentido, construções hierárquicas intranacionais se atualizam e articulam em termos morais, estéticos, políticos, como já vimos no caso da erotização sexualidade das mulheres “luteranas” e como é apresentado por Motta (2010) em sua pesquisa sobre trajetórias afetivo-sexuais urbanas de mulheres na Amazônia peruana. Essa visão é atualizada nos sistemas migratórios e de mobilidades peruanas na tríplice fronteira.

Para Claudia, uma empresaria peruana vinda de uma cidade próxima a Lima na “sierra”, os brasileiros e colombianos têm parcialmente razão em desconfiar de peruanos, pois, segundo ela, conhecem “lo que de peor tiene el Peru”. Fazendo referência principalmente à participação peruana no tráfico de drogas na região, Claudia explica que “muchos de la gente que migró para estas regiones son bandidos, ex presidiários, ex guerrilleros del Sendero [Luminoso]”. Ela, como outros peruanos não amazônicos interessados em marcar diferença com os nativos, seja estes indígenas ou não, também expressam esse relativo desprezo em termos de selvageria e ausência de civilização.

De diversas situações possíveis para compreender essa atualização focamos uma vivenciada em conjunto e altamente significativa para nós duas, pois cruzava questões das próprias pesquisas, do trabalho colaborativo conjunto e tem a ver diretamente com a capitalização de políticas federais, que também tem no centro ideias sobre “nação”, “soberania”, “fronteiras”, “migração” e “direitos humanos”. Referimos-nos à chegada das políticas e dos discursos de enfrentamento ao “tráfico de pessoas” à tríplice fronteira no final de 2013 (OLIVAR, 2015). Até então não se tinha notícia de uma firme presença dessas políticas no local, ainda que desde 2010 a articulação entre tráfico de pessoas e territórios de fronteira estivesse sendo mais forte e explicitamente gestada no âmbito federal. A eficaz e duradoura capitalização dessas políticas/ discursos tem sido resultado do sistemático trabalho da Igreja Católica brasileira em parceria com a Colômbia e algumas outras lideranças, a partir da campanha da fraternidade 2014, cujo tema era “tráfico humano”.

A partir daí, durante 2014 e 2015, ativistas laicos e religiosos vinculados à Igreja Católica junto com agentes dos direitos humanos e da assistência social, entre outros, realizaram diversas ações públicas de sensibilização e de prevenção ao tráfico de pessoas nos lados colombiano e brasileiro da fronteira. Sem nenhum cuidado com as categorias jurídicas e políticas, a “exploração sexual de meninas” foi o exemplo de “tráfico de pessoas” e o principal foco de atenções e emoções morais. O argumento geral, expressado por uma ex-funcionária colombiana de Bienestar Familiar, era que falar de “exploración” ali implicava falar em “trata” (tráfico de pessoas) pela fronteira “abierta” e pela intensa mobilidade transfronteiriça. Nas palavras de uma agente da Igreja em Tabatinga, essa exploração, “prostituição de meninas”, seria o principal problema associado ao tráfico de pessoas. A escolha desse foco pela coalizão religiosa, civil e governamental brasileiro-colombiana, implicou o direcionamento do olhar vigilante em pessoas, locais e territórios específicos. A ativista religiosa antes mencionada, em entrevista realizada em dezembro de 2013, identificava a ilha peruana de Santa Rosa como o lugar privilegiado para “ver” esse tráfico acontecer, e uma liderança feminina benjaminense, já sensibilizada no “Tráfico Humano” pelos agentes da igreja, exigiu pessoalmente de um representante da Marinha do Brasil maior controle e repressão na mobilidade fluvial entre os lados brasileiro/colombiano e peruano, especialmente de adolescentes e em horários noturnos, pois segundo ela, seria muito comum ver chegar de madrugada no porto de Tabatinga e de Leticia a meninas bêbadas, cortadas, que teriam sido cortadas “ no Peru”, (Santa Rosa).

A migração peruana na Amazônia brasileira

A “migração peruana na Amazônia brasileira” tem sido objeto de produções acadêmicas no Brasil, fundamentalmente desde análises geopoliticamente muito preocupadas com marcadores nacionais (Peru e Brasil, por exemplo), com dados censitários, com formas de discriminação e exploração, e com exigências de regulações governamentais. Seus trabalhos adotam “migração” como categoria de análise para compreender presenças, deslocamentos e mobilidades peruanas através da fronteira nacional e no

espaço amazônico. Interessa-nos aqui refletir sobre os usos e implicações potenciais desse tipo de análise para os fenômenos em questão.

A presença peruana no Brasil é expressiva, como demonstram os dados censitários analisados, que o Peru ocupa a segunda posição entre os países de origem dos “imigrantes” que chegam ao país. Desses, uma importante parcela (aproximadamente 30%) tem como destino a Amazônia Brasileira, especialmente as cidades de Tabatinga (9,53%), Benjamin Constant (6,96%), Atalaia do Norte (3,59%). Importante destaque faz o autor à dificuldade de apreensão e aferição do que denomina “processos migratórios”, expressão empregada com referência aos estudos de Pellegrino para quem o “processo migratório” na América Latina cumpriu quatro etapas sucessivas: a colonização europeia no século XVI, a emigração europeia ocorrida nos séculos XIX, o êxodo rural para grandes metrópoles entre as décadas de 1930 e 1960 e a emigração da América Latina para os Estados Unidos entre 1970 e 2000. É durante a terceira etapa que Pellegrino identifica o processo de migração internacional de “caráter regional e fronteiriço”, manifesto, por exemplo, no ingresso de peruanos na Amazônia Brasileira. Nota-se que a perspectiva de Pellegrino usada por Jakob é marcadamente linear e homogeneizante, articulando fenômenos sociais e políticos profundamente diferentes por parte de uma mesma categoria e em sequência linear.

A motivação econômica ocupa importante papel na matriz explicativa dos processos migratórios para esses autores. A posição economicamente ascendente do Brasil e o poder de atração exercido frente a outros países da América Latina configuram-se, para Jakob como a explicação privilegiada para a imigração na Amazônia brasileira, possível pelo que alguns autores entendem como uma fácil mobilidade amazônica através das fronteiras, ou “o crescente processo migratório inter-regional e fronteiriço que, a um passo, está-se em outro país. A pobreza e falta de oportunidades econômicas nos países de origem continuam sendo uma explicação persistente e uma imagem abrangente dessas migrações, que são interpretadas como obrigadas (OLIVEIRA, 2010) ou compulsórias. Nos termos de Oliveira (2008), por exemplo, a “mobilidade compulsória”, principal característica para essa autora dos deslocamentos colombianos e peruanos na tríplice fronteira, resulta da estrutura

neoliberal(SANTOS, 2012) que expulsa os segmentos mais pobres da população peruana para países como o Brasil. No caso dos colombianos, para a autora, está a guerra e as perseguições políticas definindo a condição compulsória (OLIVEIRA, 2010). Outras percepções similares foram evocadas em contextos indígenas. De acordo com Patrícia Rosa, seus interlocutores Ticuna⁷ informavam, de modo recorrente, que “os peruanos chegam nas Terras dos indígenas para se aproveitarem de nossos recursos, da madeira, dos peixes. O governo não faz nada a respeito”. Por outro lado, mas sem distanciar-se da desvalorização dos produtos de origem peruana, bem como das formas de conduta nos “negócios”, outros Ticuna apontam algumas vantagens comerciais “no Peru”, especificamente, no que diz respeito ao consumo de gasolina, porque, como dizem “lá é mais barato porque vem de Iquitos, aqui [no Brasil, em Tabatinga] é mais caro. Só que a gasolina dos peruanos é ruim, pois é produto falsificado ou adulterado. Essa última percepção do interlocutor Ticuna *brasileiro* nos chama a atenção sobre a produção da diferença enquanto desigualdade, pois além dos peruanos usufruírem da fronteira aberta de maneira “desigual” ou “malandra”, a qualidade dos seus produtos, do seu fazer, da sua participação nas relações “é ruim”. Essa relação de forte discriminação baseada em identificações nacionais se produz e se expressa, também, em marcadores corporais e morais que se deslizam em marcadores étnicos que surgem em situações diversas e inesperadas sob as formas de piadas e comentários irônicos, cujo exemplos estão fartamente registrados em nossos diários de campo. Nesse sentido, são bastante ilustrativos os comentários de um jovem benjaminense que aprendeu no exército a chamar de “cebolas” aos peruanos pelo seu cheiro, ou de uma tabatinguense, filha de peruanos, funcionária da prefeitura, que detestava seu “nariz de peruana” e a “a língua deles”, pois as consideravam horríveis. Esse tipo de comentário, encontra paralelo na explicação de um professor Ticuna sobre o motivo de oferecer classes de “ticuna brasileiro” aos alunos cujos pais eram provenientes do Peru: eles [ticuna peruanos] precisam “se civilizar na língua e aprender a falar bonito como a gente”. É nesse sentido que se explica que as e os peruanos/as, principalmente aqueles/as de aspectos mais “amazônicos”, “indígenas” e “pobres” ocupem um lugar mais baixo nos mercados sexuais e afetivos transfronteiriços. Sobre os

homens, retóricas sobre feiura e maus cheiros se misturam com o baixo valor do Sol (moeda peruana), com as posições laborais inferiores que homens peruanos ocupam, com a sonoridade do seu sotaque e com acusações de performances comparativamente mais “machistas” deles. Enquanto às mulheres peruanas, as retóricas masculinas são ambíguas, mas tendem a certa erotização, porém inferiorizada (MOTTA, 2010).

Não foram poucas as vezes que ouvimos de homens não indígenas comentários sobre a quentura das peruanas, principalmente “luteranas”, e em alguns casos, sobre sua beleza “índia”, claramente sexualizada. Inclusive um jovem ticuna comentava com Patrícia em uma incursão por Tabatinga que “quero provar das brasileiras ou das colombianas, pode ser até mais caro, né? Dizem que elas são mais bonitas, ajeitadas, menos selvagens. Penso que as mulheres da vida [peruanas] que trabalham aqui [Tabatinga] são tudo meio índia”. Contrário ao que é sugerido por Torres e Oliveira (2012) sobre a participação de mulheres “amazônidas” nos mercados do sexo nacionais e transnacionais, a sexualização da condição étnica não implica nessa tríplice fronteira maior demanda, pelo contrário, as coloca em posições economicamente inferiores em um mercado do sexo que sobrevaloriza as peles claras. A região de transações sexuais de menor valor monetário em Tabatinga é a região da Feira, tida como um espaço urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As breves reflexões são algumas conjecturas em torno da temática da migração fronteiriça, também presente na região amazônica. São importantes para inserir o Amazonas nos estudos migratórios com aportes específicos da realidade migratória desta região fronteiriça que carece ainda de muito aprofundamento, inclusive por parte da academia.

A sofrida realidade vivida pelos migrantes peruanos e pelos refugiados colombianos no Amazonas e, mais especificamente em Tabatinga, denuncia as várias lacunas da política de migração brasileira com suas leis arcaicas calcadas nos interesses puramente econômicos e comerciais que nunca esteve aberta à migração de hispano-americanos. Tal realidade é similar à situação de milhares

de outros hispano-americanos que vivem em outras regiões do Brasil sem condições dignas de sobrevivência e sem garantias de seus direitos fundamentais. Como afirmou Narciso Julio Freire Lobo, em sua coluna no jornal O Estado do Amazonas, 12 de agosto de 2006, em artigo intitulado A tríplice-fronteira, a reflexão desta temática se faz cada vez mais necessária na Academia porque:

[...] coloca em cena o valor de um curso de pós-graduação, entre nós, dedicado ao tema da Sociedade e da Cultura na Amazônia, abrindo oportunidade para o conhecimento de algumas de nossas mais cruciais feridas, como é o caso da migração compulsória, e desafiam para as possibilidades de uma efetiva intervenção, na qual o homem, e seu bem estar, também estejam em pauta (LOBO, 2006).

Oxalá que essa temática da migração fronteiriça continue sendo aprofundada e que o migrante possa ser visto na sua complexidade, como novos sujeitos sociais, que desafiam nossa alteridade e a possibilidade de estender os laços das nossas relações sociais e interculturais. Isso porque, a permanente atitude de acolhida aos migrantes faz com que a sociedade supere suas práticas xenófobas, sua indiferença e atitudes discriminatórias. Os migrantes, nas suas mais variadas situações, ampliam nossas experiências existenciais.

A partir da nossa experiência multiposicionada de pesquisar e habitar a tríplice fronteira entre o Brasil, a Colômbia e o Peru identificamos um importante enredo social e relacional, local/ transfronteiriço, sobre as mobilidades e presenças peruanas nos olhos e nas terras brasileiras. Esse enredo diz respeito à necessidade social generalizada de identificar, localizar e qualificar – negativamente – aquelas pessoas, produtos ou espaços peruanos. Na primeira sessão do artigo descrevemos esse enredo através de dados etnográficos em termos de um consistente sistema de produção de diferenças e de desigualdades que tem seu pivô em ideias de procedência/pertencimento nacional, regional e étnico, e que coloca os peruanos, principalmente amazônicos (“loretanos”), na posição social mais baixa, ora como sujeitos de permanente suspeitos e desprezo, ora como vítimas da pobreza e dos marcos regulatórios. Nesse registro, tomando como referente etnográfico a chegada à fronteira da política de enfrentamento ao tráfico de pessoas, mostramos como

esse sistema permeia o âmbito do Estado, das políticas públicas e governamentais.

O nosso foco, seguindo o exemplo de Campos (2012), foram as percepções brasileiras sobre “o Peru” e “os peruanos” e não as experiências de migrantes peruanos, o que nos permitiu entender como esse Peru-na-fronteira “pobre”, “malandro”, “perigoso” e “necessitado” – e no contraste o Brasil – é produzido cotidianamente. Porém, levamos em consideração também como esse sistema descrito é também reproduzido, manipulado e usado taticamente por pessoas identificadas como peruanas e “luteranas” para criar novas distinções (regionais e étnicas intranacionais) e para construir ganhos simbólicos. Na busca por referentes bibliográficos locais que nos permitissem uma maior compreensão do fenômeno em questão, revisamos uma literatura especializada produzida no Brasil que tem focado na “migração peruana na Amazônia brasileira” e que foi apresentada na segunda sessão do artigo. Vimos como essa literatura foca privilegiadamente em análises sociológicas muito preocupadas com marcadores nacionais (Peru, Brasil), com dados censitários, com formas de discriminação e exploração, e com exigências de regulações governamentais. A principal variável considerada por essas pesquisas para explicar a migração internacional de peruanos ao Brasil é a pobreza vivida por estes migrantes e as desigualdades econômicas regionais que resultariam numa saída relativamente “compulsória” dos nacionais de determinados países em busca do emergente Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTH, Fredrik. 2000. O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BASSEGIO, Luiz. As Migrações no Contexto da Globalização. In: Migração, discriminação e alternativas. São Paulo: Paulinas, 2004. p.57–69.

BLANCHETTE, Thaddeus & SILVA, Ana Paula. “On bullshit and the trafficking of women: moral entrepreneurs and the invention of trafficking of persons in Brazil.” *Dialectical Anthropology*. June 2012, Volume 36, Issue 1-2, 2012.: pp 107-125. BRAH, Avtar. “Diferença, diversidade, diferenciação”. **Cadernos PAGU** (26), janeiro-junho de 2006: pp.329-376.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DIAS, Edinea Mascarenhas. *A ilusão do fausto: Manaus, 1890-1920*. Manaus: Valer, 1999.

GEORGE, Pierre. *As migrações internacionais*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1977. GOYCOCHÉA, Castilhos. *Fronteiras e Fronteiros*. Brasília, 1943: Vol 230 col. Brasiliana.

HEIDMANN, Dieter. *Os Migrantes e a crise da sociedade do Trabalho: humilhação secundária, resistência e emancipação*. In: *Migração, discriminação e alternativas*. São Paulo: Paulinas, 2004. p.25–40.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MILESI, Rosita. et al. *Entidades Confessionais que Atuam com Estrangeiros no Brasil e com Brasileiros no Exterior*. In: *Migrações internacionais: Contribuições para Políticas*. Brasília: CNPD, 2001. p. 563–587.

MOLINA, Lucrecia. *Conferência Mundial contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância correlata*. São José da Costa Rica: Instituto Interamericano de Direitos Humanos, 2001.

NETO, Helion Pova. “Rejeição e criminalização das migrações na nova ordem internacional após o 11 de setembro”. In: *Migração, discriminação e alternativas*. São Paulo: Paulinas, 2004. p.11–23.

NOGUEIRA, Ricardo J. *Amazonas: A Divisão da Monstruosidade Geográfica*. Tese de Doutorado em Geografia Humana, USP, 2001.

Recebido: 12 de novembro de 2019

Aceito: 29 de janeiro de 2020

Publicado: 30 de março de 2020